

Trajetória e formação de agenda de pesquisa sobre neoliberalismo: rede interdisciplinar de pesquisadores na USP

DOI: 10.544446/bcg.v13i2.3283

Márcia Pereira Cunha¹, Nilton Ken Ota²

Resumo

Este artigo expõe a trajetória de dez anos da “Rede Interdisciplinar de Pesquisadores na USP”, formada com o intuito de dar maior consequência aos esforços coletivos de teorização crítica, propondo ações para montagem de um programa de investigação sobre a racionalidade neoliberal, em perspectiva histórico-comparativa. O desenvolvimento da Rede indica a construção de espaço assertórico específico, de produção e circulação de análises de acordo não somente com critérios partilhados de verificação, mas, antes de tudo, segundo normatividade discursiva instituída e controlada pelo processo intelectual de trabalho. Objetiva, assim, elaborar uma teoria do autogoverno do conhecimento na própria forma do processo e organização da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo, racionalidade estratégica, subjetivação, engajamento, interdisciplinaridade.

-
- 1 Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora associada do laboratório Sophiapol (Université Paris-Nanterre) e do Instituto de Estudos Avançados da USP. E-mail: marcia.cunha@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1578-4023>.
 - 2 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP. Pesquisador associado do laboratório Sophiapol (Université Paris-Nanterre). E-mail: nilton.ota@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5945-9260>.

Introdução

Este artigo propõe expor a trajetória de reflexão teórica e coletiva sobre neoliberalismo da “Rede Interdisciplinar de Pesquisadores”³. Instituída, em 2013, na Universidade de São Paulo (USP), segue promovendo atividades que reúnem docentes, alunos de graduação e pós-graduação, militantes e ativistas de Direitos Humanos, tendo lugar em diferentes momentos e contextos na USP: no Programa de Pós-Doutorado em Filosofia (2012 - 2016)⁴, onde foi elaborada e desenvolvida, e, a partir de 2016, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos na FFLCH/USP. Em junho de 2022, passou ao Instituto de Psicologia da USP. A partir da experiência acumulada, visa consolidação de grupo internacional de pesquisa⁵, nucleando nova linha de investigação com a criação de laboratório sobre racionalidades estratégicas e políticas de subjetivação no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP/USP.

As primeiras atividades da Rede já indicavam a necessidade de maior interlocução entre diferentes áreas, notadamente a Filosofia, Sociologia, Direito, História, Psicologia Social, Economia, Saúde Pública e Psicanálise. Levada a efeito, permitiu conhecer e participar de espaços institucionais e grupos no Brasil e exterior dedicados ao estudo do neoliberalismo. Em alguns casos, sobretudo na França, foi possível estabelecer interlocução sistemática com grupos avançados em pesquisa dos modos de subjetivação neoliberal. A diversidade teórico-metodológica francesa sobre o tema, refletida em campo institucional amplo e variado, permitiu a abertura de relações de cooperação mais estáveis, a destacar, aquelas com integrantes do laboratório Sophiapol.

De conjuntura diferente, a tematização brasileira do neoliberalismo não revelava a mesma densidade teórica e organizacional, encontrando-se, até aquele momento, excessivamente centrada nos fenômenos econômicos ou de escala macroestrutural, exceção feita a algumas áreas setoriais, como Educação e Saúde Coletiva⁶. Em função da ausência de vínculos orgânicos entre os pesquisadores, trabalhos conjuntos, nas possíveis zonas de integração disciplinar, deixavam de ser efetivados a contento, dispersando a produção de conhecimentos. Somava-se a essa conjuntura o fato de que boa parte dos pesquisadores se encontrava desprovida de

3 Parte deste artigo glosa e adota o esquema geral do texto do projeto da Rede Interdisciplinar de Pesquisadores, redigido por Nilton Ota, em 2014, e de trabalhos que lhe se sucederam. Desse modo, procura conferir organicidade a inúmeros documentos dispersos, de autoria de um ou de ambos os autores, que registram o desenvolvimento do projeto. Cf. <http://redepesq.hypotheses.org>.

4 Com apoio da Fapesp, Processo nº 2011_21771-0.

5 Com o Sophiapol (Université Paris-Nanterre) e o Centre de Recherche sur le Travail et le Développement (Conservatoire National des Arts et Métiers).

6 Realizado em junho de 2014, levantamento junto à base de dados do CNPq identificou 29 grupos de pesquisa cadastrados com o indexador “neoliberalismo”. Em apenas dois grupos, questões sobre a subjetivação neoliberal foram contempladas ou registradas como tópico de investigação. Nos últimos dez anos, o cenário se transformou por completo, com quase quatro vezes mais grupos.

meios que lhe permitissem empreender intercâmbios com instituições de outras regiões e países, reforçando ainda mais seu estado de isolamento. Frente a esse quadro, a Rede propôs meios e abriu espaço de debate, trocas e publicação de estudos sobre neoliberalismo e suas políticas de subjetivação⁷. À luz e ao exame interdisciplinar, tratava-se de analisar as constelações normativas dos regimes neoliberais de mobilização e engajamento, bem como as disposições sociais e subjetivas que lhes eram resistentes. Nesse momento, as atividades focalizaram a consolidação de diagnóstico sobre o campo de tratamento da questão social, em uma perspectiva histórico-comparativa⁸. A extensão e profundidade dos trabalhos levaram à reflexão sobre os fundamentos e limites da teoria social clássica. Muito cedo, a Rede incorporaria em todos os seus espaços a elaboração crítica sobre os efeitos de suas pressuposições epistemológicas no desenvolvimento e institucionalização das diferentes disciplinas que compõem o campo das Ciências Sociais.

Inflexão histórica das Ciências Sociais

A história da constituição das Ciências Sociais, apesar de variada e composta por linhagens distintas, é a história da objetivação de uma consciência social. A partir da segunda metade do século XIX, a percepção generalizada da existência de fenômenos massificados, de regularidades e vínculos abstratos de interdependência entre grupos e indivíduos incorreu na própria invenção ou “descoberta da sociedade” (MUCCHIELLI, 1998). É essa a dimensão estruturante da objetivação sociológica subvertida pelo neoliberalismo. Muito mais do que uma ideologia ou simples programa de reforma do Estado, ele implica extenso universo prático, fundado em modo híbrido de construção política e societária, que se vale de elementos de outras configurações históricas para modular sua eficácia. Define-se, então, por novo tipo

7 A Rede procurou não se restringir à análise das questões locais, compreendendo o neoliberalismo em sua variedade e amplitude internacionais. Vale destacar algumas ações nessa direção. Em 2016, alguns de seus integrantes tornaram-se pesquisadores associados do Sophiapol e membros do LMI SAGEMM (Institut de Recherche pour le Développement/IRD). No mesmo ano, deu-se a organização do seminário “Neoliberalismo e a razão do comum” na USP, com Christian Laval, inaugurando ciclo de intercâmbio internacional com os grupos franceses. Em 2017, a Rede iniciou as Oficinas “Práticas utópicas” com o Sophiapol. Junto ao LMI SAGEMM, promoveu a Oficina “Tempos do social e da política” em 2016 e 2017, com conteúdo transformado em livro (CUNHA, GESORGES e OTA, 2018). Outras atividades revelam colaboração sistemática com grupos de pesquisa na França: apresentação de trabalho no Séminaire international “(Re)penser la conjoncture en Amérique latine: échelles, territoires et acteurs” (26 a 28 de julho de 2017) Nogent-sur-Marne (Université Paris I/CNAM – Lise), no Colloque Cerisy “L’Alternative du Commun” (8 a 15 de setembro de 2017) e no Colloque international “Nouveau Néolibéralisme à la lumière de la situation brésilienne” (20 e 21 de março de 2019), CNAM-Paris. Em maio e junho de 2022, organização do seminário “Radicalisation des droites dans le monde et stratégies de guerre civile” (CNAM-Paris e Sophiapol), em Paris, e apresentação de trabalhos no Colloque Cerisy “Vers une politique des mondes?”. Por fim, coordenação do Seminário internacional “Neoliberalismo e políticas de subjetivação” no IP/USP, em junho de 2023, com participação de pesquisadores do Sophiapol.

8 Com esse propósito, a Rede promoveu, nos três primeiros anos, quatro edições do seminário “Neoliberalismo e racionalidade política” e dois ciclos de oficina de pesquisa “Tempos do social e da política” na FFLCH/USP.

de objetivação que assume a via das singularidades dos eventos e suas descontinuidades disruptivas, ganhando formas transversais às “*esferas sociais de valor*” (WEBER, 2002) ou aos “*campos de relações objetivas*” (BOURDIEU, 1998) em um deslizamento permanente e de definição porosa⁹. O neoliberalismo não se deixa apreender pelo esquadro tradicional das Ciências Sociais porque sua reprodução não corresponde ao primado das regularidades codificadas¹⁰.

Se o neoliberalismo é agente e resultado das transformações estruturais do capitalismo nos últimos quarenta anos, que incide decisivamente sobre a validação dos discursos e práticas no duplo registro do coletivo e da individualidade, então, às Ciências Sociais se coloca a premente problematização a respeito de sua atualidade crítica. Na canônica dos autores e obras, essa forma de objetivação respondeu à necessidade de circunscrição epistemológica, permitindo o trânsito entre fatores científicos e referências políticas do debate público (EWALD, 1986; DESROSIÈRES, 2000). Daí por que a crítica ao neoliberalismo imponha exigências teórico-metodológicas mais complexas do que pode oferecer perspectiva analítica que priorize a categorização dos fenômenos sociais de dominação antes de sua análise histórica; convoque questionamento dos pressupostos presentes na própria validação do que seria a atual morfologia do capitalismo. Corolário assumido pela Rede: o neoliberalismo encontra seu princípio na transformação modular das categorias, cuja orientação prática é, ao mesmo tempo, formal e normativa (OTA, 2010), o que explica, em grande parte, a dificuldade em qualificá-lo. Ele é, antes de tudo, racionalidade política que se define pela materialização de critérios estratégicos no esteio de disposições subjetivas, tornando evidente a importância de arcabouço interdisciplinar para sua análise¹¹.

Para que a crítica reflexiva das Ciências Sociais possa ser associada à crítica histórica do neoliberalismo, é preciso compreender o processo de emergência de suas diferentes configurações como constitutivo de uma racionalidade política específica. Essa perspectiva se aproxima da linha adotada pelo amplo programa de pesquisa desenvolvido por Christian Laval e Pierre Dardot (2009). Partidários da premissa foucaultiana sobre a ausência de núcleo decisório na origem do poder, priorizam a análise da lógica normativa inscrita nas tecnologias de dominação. O neoliberalismo é retido como configuração histórica da sedimentação de estratégias convergentes, reunidas pela afinidade entre suas eficácias, para serem dirigidas,

9 Morfologia próxima à desenhada pelos trabalhos de Deleuze e Guattari, notadamente O *Anti-édipo* (VANDENBERGHE, 2008). As afinidades entre o momento atual do capitalismo e as propriedades narrativas contidas nesses trabalhos têm sido analisadas e já haviam sido denunciadas na grande onda de publicações sobre a apropriação do legado de 68 pelo *management*, cujo ápice editorial se deu por volta do final dos anos de 1990 (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999).

10 Esta sugere ser a razão principal para que Hannah Arendt (2008) tenha atribuído às Ciências Sociais uma incapacidade constitutiva em compreender e criticar o fenômeno dos campos de concentração.

11 A Rede reconhece a prevalência da esfera política na ordenação das estratégias e eficácias heterogêneas, concordando com o ponto de vista defendido por Wendy Brown (2007), para quem a noção foucaultiana de “*gouvernementalité*” exigiria imprescindível “*especificação*”.

posteriormente, por princípios racionais. As condutas passariam a ser eticamente motivadas, incorporando valores da autonomia individual por meio do exercício da “concorrência” e pela interiorização de suas injunções crescentes. Seria nesse momento que o neoliberalismo ganharia realidade como racionalidade ou “razão do mundo”, tendo eficácia morfológicamente variável conforme processo local e relações de força presentes na aplicação de suas estratégias.

Políticas de subjetivação neoliberal

No plano psicossocial, correspondeu ao advento dessa “razão mundo” a conversão dos diferentes modos de subjetivação normativa em políticas de subjetivação neoliberal¹². Não tanto subsunção do psiquismo pela força imperiosa do trabalho abstrato e do fetiche da mercadoria; nem, tampouco, apenas um simples espelhamento da lógica concorrencial, espalhada sobre todas as esferas da sociedade. Processo privilegiado de cristalização das estratégias de poder, a subjetivação neoliberal implica tanto a abstração e seu fetiche quanto a concorrência, mas nos termos de uma autonomização relativa de suas formas funcionais, donde a imprescindível adequação dos parâmetros teóricos por meio dos quais a especificidade da lógica normativa neoliberal torne-se passível de ser identificada, analisada e criticada. O deslizamento de uma subjetivação definida pela introjeção da norma social para outra, nucleada no vazio modular da eficácia, significa não apenas a transformação da “disciplina” em “controle”¹³, mas, principalmente, alteração profunda no próprio estatuto histórico dos princípios de validação dos discursos e práticas fundados na “*experiência de si*”¹⁴, um modo de subjetivação mobilizado pela expressividade da eficácia, cujas fontes e mediações culturais variam sem prejuízo de sua consistência.

Elevada pela racionalidade neoliberal à categoria sociopolítica transversal, a eficácia exprime, pelos efeitos que induz e direciona, a multiplicidade normativa condensada sob essa subjetivação que, em última instância, prescinde da permanente relação do indivíduo consigo mesmo, como pressupunham as tecnologias disciplinares de individualização¹⁵. Em outras palavras, ela igualmente reconhece e assimila efeitos não-subjetivos e desprovidos de valor de verdade, embora investidos de atributos emocionais e traços de personalidade¹⁶. Essa ampla

12 Segundo Laval e Dardot, “subjetivação capitalista”. Para avaliar os diferentes usos e significados desta noção, ver Laval (2011); Dardot (2014); Dardot e Laval (2010).

13 Segundo a conhecida interpretação deleuzeana do programa genealógico de Foucault (DELEUZE, 2004).

14 Como sabemos, pressuposto epistemológico da genealogia foucaultiana dos “*regimes de verdade*” (FOUCAULT, 2000).

15 Ainda de acordo com o autor de *Vigiar e Punir*.

16 Leitura distinta do diagnóstico de Christopher Lasch (1979; 1985), muito difundido nos anos 1980. Não se trata, hoje, apenas de uma vida psíquica acuada em sua individualidade face o rebaixamento radical das expectativas históricas. A subjetivação neoliberal incorre em exacerbação psíquica muito além das fronteiras individuais do “eu” ou mesmo dos limites de uma cultura totalmente inspirada na economia libidinal do narcisismo.

captura da subjetividade poderia ser atribuída a uma espécie de aprendizado, por parte das estratégias de poder, do caráter construcionista do sujeito. Daí a conclusão de que *“ética e política são absolutamente inseparáveis”* (DARDOT; LAVAL, 2009, p. 479). Nesse mesmo sentido, embora com acento sociológico bem mais acentuado, a linhagem britânica dos *“governmentality studies”* consolidou investigação do lugar estratégico ocupado pelo que Miller e Rose (2008) definiram como *“políticas do ethos”* (*“ethospolitics”*). Tecnologias do *“self”*, cujos efeitos podem ser acompanhados na responsabilização individual associada a um controle cada vez maior na e pela *“comunidade”*, caracterizariam regime de normatização dos *“riscos”* e de incitação do *“ponto de vista do cálculo”* no próprio *“agente”* da conduta.

Ao fim e ao cabo, o que poderíamos qualificar como subjetivação neoliberal se lastreia na emulação para o empresariamento dos indivíduos (EHRENBERG, 1991; LOPES-RUIZ, 2007), determinada por um quadro macroeconômico de maciços investimentos em reestruturação produtiva e pela transformação da função do Estado, na alocação da riqueza nacional, em ente central da alavancagem financeira dos grandes conglomerados corporativos (HARVEY, 2005). As técnicas de reordenação produtiva implicam mecanismos de intensificação subjetiva (DEJOURS, 2000; GAULEJAC, 2011), expondo os trabalhadores ao que a *expertise* tem chamado de *“riscos psicossociais”*¹⁷. Em outras palavras, a organização do trabalho assimila a dinâmica subjetiva, unificando processos e escalas qualitativamente díspares. O conflito político percorre cada vez mais tramas sinuosas das relações já codificadas pelas políticas neoliberais. Não surpreende, pois, a nova convergência entre política e trabalho: intensificação subjetiva sem centralidade política do trabalho.

Intensificações do trabalho

A destituição das instituições de representação política da classe trabalhadora como vetor de totalização das lutas sociais tem se revelado realidade histórica intransponível e de improvável reconversão. Nesse contexto, a dimensão prática do trabalho, o que significa dizer a própria experiência do trabalhador, tem sido destituída de peso e valor, mesmo entre setores críticos da universidade e do espectro político mais progressista. Na ausência de uma política que incorpore a dimensão experiencial do trabalhador e vislumbre sua passagem para outros espaços que não os da esfera da produção capitalista imediata, os processos de subjetivação do trabalho assumem a forma de comportamento concorrencial, na escala interpessoal, e de mensuração performativa dos resultados, no registro técnico. Fortemente aventado nos estudos em Psicodinâmica do trabalho como ponto nuclear da mobilização dos trabalhadores, o *“zelo”* constitui, a um só tempo, a fonte subjetiva do engajamento, da cooperação e do reconhecimento, por um lado, e de transmissão grupal da violência através da moralização viril das condutas, da

17 Daí a crescente problematização do sofrimento nos países do centro do capitalismo e também entre aqueles que, embora periféricos, apresentam fluxos ascendentes de desenvolvimento econômico (OTA, 2014). Para uma formulação teórica abrangente, que leva em consideração a dimensão política da construção da categoria *“sofrimento social”*, ver RENAULT (2008).

indiferença com o sofrimento dos outros, por outro lado. Saber produzido no trabalho e inscrito no corpo, o zelo é suporte complexo de significações, lugar de memória e galvanização de vivências na forma dos afetos e paixões de classe (DEJOURS, 2010).

A restrição do imaginário da ação coletiva participa do mesmo processo caracterizado pela concomitância entre a generalização dos engajamentos políticos de baixa intensidade, pulverizados em iniciativas isoladas, e fenômenos de altíssima mobilização subjetiva na esfera produtiva, com variações que podem levar à total sobreposição entre trabalho e vida. Sob o regime neoliberal de engajamento e mobilização, a intensificação parece desvelar a dimensão imediatamente política da funcionalização empresarial da conduta do trabalhador. Em outros termos, não se trata apenas de disciplinar a força de trabalho para extrair riqueza ou para torná-la cada vez mais útil, mas, sobretudo, regar sua subjetividade sob a forma de um comportamento reconhecido como um fim em si mesmo. Em sua circularidade, essa disciplina se torna operatória, indutora de efeitos heterogêneos, o que explica por que a dimensão política do trabalho se concretize, antes de tudo, pelos modos de subjetivação mais ilustrativos do neoliberalismo, aqueles que, em última instância, derivam da fusão das fontes axiológicas próprias à cooperação entre trabalhadores e à ação militante. Sob os princípios do *management*, descentralização das decisões e correlata responsabilização individual¹⁸.

Administração de crise induzida para acelerar a obsolescência dos métodos, técnicas e protocolos que enquadravam até então a rotina na empresa, o "caos como modo de gestão" se instala de cima para baixo, dependendo de hierarquia que não se apresenta como tal, diluída na fluidez da comunicação entre os trabalhadores (GAULEJAC, 2011, p. 229). Não são poucos os expedientes de difusão dessa lógica normativa: reestruturações em sequência, concorrência aberta, redefinição de carreiras, flexibilidade, empuxo à performance, desmembramento da produção, dentre outros. Em razão de sua estreita afinidade, uma noção retirada da psicanálise se destaca, a passagem ao ato, mecanismo defensivo que desvia o sujeito da relação subjetiva com o saber. Em seu uso gerencial, esvaziamento do sentido por meio da

18 O trabalhador não se beneficia da produtividade que o desenvolvimento técnico propicia. Ainda que a jornada seja reduzida, os fatores da intensificação não envolvem substituição de expedientes diretos, mas multiplicação de modalidades técnicas e não-técnicas. Em uma empresa de aplicativo de entrega, a evolução técnica da programação algorítmica convive com a ampliação do número de trabalhadores disponíveis para o serviço nas ruas, em regime flexível e sem garantia trabalhista. Para Gollac e Volkoff (1996), pioneiros no estudo da intensificação do trabalho na França, haveria indício de disseminação do tipo de pressão psicológica predominante em setores com trabalhadores mais qualificados. A depender do nível de intensidade praticado no espaço laboral, as injunções constroem o tempo e exigem o cumprimento de metas, mas não ao ponto de diluir as diferenças entre as categorias profissionais. Em um contexto de reestruturação produtiva, mudanças da regulação jurídica das relações de trabalho e de forte incorporação tecnológica, há tanto as antigas hierarquias quanto as formas horizontais de funcionamento em equipe. Elas convivem e repercutem os ritmos de um trabalho cada vez afetado pela demanda direta do consumidor, reflexo da massificação do modelo toyotista de gestão que, como de amplo conhecimento, exige engajamento e participação dos trabalhadores em espaços deliberativos e coletivos na empresa.

inflação semiológica, densidade de prescrições associada à indeterminação das ações e, assim, à impossibilidade do reconhecimento intersubjetivo. A luta dos trabalhadores contra a incoerência e a falta de sentido do trabalho reforça a eficácia dessa lógica, movimento de retroalimentação incessante. Não à toa, o esgotamento psíquico se põe como um de seus efeitos inevitáveis, donde a alta rotatividade nos postos de trabalho, viabilizada pela flexibilização da legislação trabalhista. A passagem ao ato aterra suas razões últimas no vazio do trabalho, no coletivo que se reificou em vigilância e punição horizontais¹⁹.

A conformação organizacional do esgotamento psíquico não se limita ao esvaziamento da experiência coletiva do trabalho. O percurso que conduz a situações extremas de adoecimento encontra lastro material no interior da atividade, no próprio ato de trabalhar. Processo pelo qual se exige dos trabalhadores mais esforço e entrega física, intelectual e emocional com a finalidade de produzir mais resultados, mantendo constantes as variáveis da jornada de trabalho, da força de trabalho empregada e das condições técnicas, a intensificação subverte em profundidade as coordenadas simbólicas do contexto laboral. Difere da produtividade econômica porque não depende do desenvolvimento tecnológico, isto é, do grau de incrementação dos meios de produção. Sua figura central é o trabalhador pessoal e coletivo. A intensificação se atrela ao maior dispêndio de suas capacidades físicas, cognitivas e emocionais. Ela é, portanto, "mais trabalho", que se dissemina em todas direções. Se antes havia uma distribuição da intensificação segundo a particularidade da atividade, a gestão neoliberal executa abordagem multifuncional, procedendo a conversão do trabalho especializado em trabalho polivalente (ROSSO, 2008). Mais ainda. A intensificação do trabalho transpõe o espaço-tempo da produção, no esteio de uma clara transversalidade neoliberal que transforma as formas de engajamento laboral em potenciais disposições políticas.

A despeito de sua importância para a análise das variações da dominação capitalista, as conformações subjetivas do neoliberalismo, instrumentalizadas e generalizadas cultural e politicamente, têm sido tratadas, no Brasil, como questões secundárias por boa parte das Ciências Sociais²⁰. Esse movimento vem reforçando a produção e disseminação de noções operatórias que desqualificam a pertinência teórica de fenômenos ligados à subjetividade²¹. Cristalizadas em rotinas de pensamento, tais noções se estabilizam em esquemas de interpretação pela adoção

19 "Razões da cólera" que podem levar, nas situações mais dramáticas, como as que abalaram a opinião pública francesa nos anos 1990, à derradeira mensagem sem dualidade, os suicídios no local do trabalho (GAULEJAC, 2011). Sobre este último ponto, ver BILHERAN (2008), LE BRET e LEDUN (2010).

20 Nas Ciências Sociais, a centralidade política da subjetividade é questão controversa, largamente aceita, contudo, entre os pesquisadores foucaultianos a partir da agenda anunciada pelo curso de 1978-1979 no *Collège de France*. Esse quadro teórico tem fornecido referências para inúmeros estudos inspirados na integração foucaultiana entre ética e política, "governo de si" e "governo dos outros".

21 Em verdade, essa posição intelectual caracteriza a Sociologia desde a sua fundação, um enfrentamento que, historicamente, tem calcado as marcas de sua identidade e independência científica em uma atitude antipsicologista de combate, sobretudo na então nascente sociologia francesa do final do XIX (BORLANDI e MUCCHIELLI, 1995).

de regras particulares de classificação ao campo científico, refletindo, portanto, antes suas dinâmicas internas do que a realidade material e simbólica da sociedade, em seus diversos níveis e escalas, grupos e frações de classe. Em sentido inverso, a Rede tem colocado em perspectiva as atuais políticas de subjetivação e seus regimes de mobilização e engajamento, o que significa, em outras palavras, compreender o neoliberalismo e seus idiomas regionais, decompondo, sob sua heterogeneidade morfológica, a racionalidade que lhes confere coerência e unidade. Trata-se de figurar suas metamorfoses a partir de seus processos diferenciais de subjetivação, factível sob condição de se dar maior alcance e profundidade aos esforços coletivos de teorização interdisciplinar crítica.

Metamorfoses do neoliberalismo

A figuração das metamorfoses do neoliberalismo sintetiza o recente caminho assumido pela Rede para definir sua nova agenda de pesquisa²². Posfácio da “crônica do salário” ou novo ciclo das modulações da questão social? Sob as “metamorfoses”, presença de uma constante histórica à qual seria preciso retornar para que as transformações sociais ganhem significado fundamentado, sem distorções? A nova agenda centra-se, ao contrário, na própria historicidade do neoliberalismo, problematizando, mais uma vez, o princípio definidor da racionalidade política que o conduz. Dada a ausência de identidade e do seu aspecto altamente dinâmico, caberia indagar se o princípio-chave de sua normatividade seria justamente esse caráter proteiforme. Isso explicaria a variação das diversas lógicas de poder agregadas e postas em articulação sinérgica, distribuídas por um amplo espectro ideológico, de progressistas a reacionários, social-democratas a liberais. Notável *formalismo normativo* (OTA, 2010), generalização de modulações estratégicas que se apoiam na heterogeneidade das práticas pelas quais a racionalidade política do neoliberalismo exerce sua dominação global.

No Brasil, o neoliberalismo assumiu modalidades mais consistentes pela modulação de traços retirados do período da redemocratização, em particular os originários da abertura e ampliação dos espaços participativos complementares ao modelo representativo (DAGNINO, 2002), uma subversão em relação à experiência europeia, fundada no desmonte dos canais públicos de negociação e mediação do conflito social. Configuração normativa ainda por compreender, o *neoliberalismo social*. Em favor de um novo ativismo cívico, não é certamente o mesmo identificado nas “*políticas de coesão social*” implementadas pelos mais antigos países-membros da União Europeia; é “social” não apenas porque mantém “*fórmulas variáveis de discriminação positiva, objetivando contrabalançar os efeitos da segregação*” (DONZELOT, 2008, p. 13); é “social” em função de expansão e mobilização da forma jurídica do Direito Social, e não de sua institucionalidade. Formalismo normativo dos direitos subjetivado por todo espectro de esquerda, impulsionado pela criação e

22 A nova agenda foi elaborada durante os trabalhos no Seminário “Metamorfoses do neoliberalismo e emergências críticas”, coordenado com o Instituto de Estudos Avançados da USP, em 2019 e 2020.

legitimação de tecnologia social de produção e conversão do engajamento político, donde a importância da temática da paixão militante sob o imperativo da “participação cidadã” pós-1988.

Nos últimos quarenta anos, o universo referencial da prática política se transformou. Sobretudo, sua gravitação normativa e com ela todos os elementos que compõem o “campo de forças” das organizações de esquerda, em suas diversas filiações ideológicas e partidárias. As atividades da Rede tematizaram essa transformação, construindo parâmetros teórico-metodológicos que apreendessem as especificidades do processo de redemocratização brasileira. Foram considerados mais detidamente os fenômenos de conversão militante e a estruturação de novas áreas ou setores de intervenção e participação políticas, seja no Estado, seja nos espaços abertos pelo associativismo civil. Abordadas conjuntamente, elas colocavam em perspectiva os diferentes arranjos institucionais e os circuitos de troca da experiência militante que deram forma a novos sujeitos coletivos no final dos anos 1970: os movimentos sociais urbanos, o sindicalismo da região do ABC, o Partido dos Trabalhadores (PT), atores centrais do primeiro paradigma de mobilização e engajamento democráticos.

Com o fim da ditadura militar, este paradigma não apenas logrou hegemonia na esquerda, mas avançou sobre o controle dos mecanismos estatais de reprodução social, particularmente durante os consecutivos mandatos presidenciais do PT. A presença no governo de alas e representantes do espectro movimentalista e sindical das lutas contra a ditadura militar não significou uma mera mudança dos detentores do poder. A reiterada vitória petista nas eleições para o executivo federal implicou uma profunda alteração das fontes de engajamento de esquerda. Em jogo, uma conversão militante que se traduzia cada vez mais em valorização e formação para gestão governamental, notadamente a administração de políticas sociais. Daí a poderosa sinergia entre a crescente assimilação dos militantes nos aparelhos estatais e o “social”, fortemente politizado no período e campo privilegiado de recrutamento e formação políticas (SOUZA, 2008; CUNHA, 2010; MAGALHÃES JR, 2011; OTA, 2018).

Paradoxalmente, as práticas políticas que passaram a se opor a este processo de reconfiguração da militância de esquerda ganharam surpreendente visibilidade nos protestos de 2013, sem que, em um primeiro momento, a lógica normativa que havia consagrado a gestão engajada nas políticas sociais fosse explicitamente contestada. Contudo, longe de indicar ruptura com o primeiro paradigma, estas práticas têm apresentado fortes e significativas ligações com os saberes estratégicos consolidados ao longo da estruturação do “social”. Entre os inúmeros aspectos que sinalizam estas ligações, cabe destacar as afinidades táticas observáveis na ação direta dos coletivos autonomistas de junho de 2013 e nos discursos de gestão democrática dos direitos, a exemplo da adoção generalizada do vocabulário da focalização dos objetivos e maximização dos efeitos políticos.

Emergências críticas

As mobilizações de massa e as modalidades de engajamento militante frequentemente são compreendidas, no Brasil, como processos histórico-sociais de escalas e temporalidades incompatíveis entre si e, portanto, associados a aparatos conceituais e metodológicos distintos. Sob influência de enraizada tradição política, atualizada nas Ciências Sociais pelas teorias da “escolha racional” e outras que, na mesma linha das vertentes neoclássicas do pensamento econômico, adotam o cálculo individual dos interesses para estimar, explicar e modelar comportamentos coletivos, as mobilizações de massa ainda são descritas como espontâneas e com morfologia que revelaria o espelhamento de sua dinâmica interna, igualmente espontânea e subjetivista porque fundada, em última instância, na vontade e discernimento da pessoa. Mais ainda. As ações coletivas e seus respectivos engajamentos constituiriam comportamentos redutíveis a variáveis do cálculo individual em interação com outras ações, também instrumentalmente formalizadas, tal qual na codificação da noção sociológica de “rede” pela coloração estatística das cartografias digitais. Entre o indivíduo e a sociedade não haveria, portanto, disjunção epistemológica alguma, donde o raciocínio subjacente a essa tradição seja expressão, do começo ao fim, de pressupostos liberais da centralidade ontológica da autonomia do indivíduo²³. Não surpreende que realidades construídas sob a guarda de arranjos abstratos, de sobreposição de unidades homogêneas, integradas formal e extemporaneamente, sejam enunciadas como coletivas ou sociais.

Confirmada a força ideológica desse tipo de raciocínio na atualidade, as mobilizações de massa são reduzidas a manifestações movidas pelo cálculo racional dos interesses ou reunião de reações moralmente extremadas, após longo período de contenção silenciosa. Entre outras hipóteses, fica assim excluída a de que essas mobilizações possam refletir crise de legitimação do Estado liberal, cujo sistema de representação política seria incapaz de responder aos dilemas e expectativas de parcelas crescentes da população. Com a repetição de esquemas interpretativos do diagrama utilitarista, é a própria dimensão sociológica das mobilizações que desaparece. Por outro lado, os excessos das teorias “relacionais” da ação e da performatividade do “ponto de vista pragmático”, apesar de se situarem contra o primado da utilidade, terminam por naturalizar as formas sociais indeterminadas, extrapolando suas propriedades e categorias para além do universo empírico definido metodologicamente, a exemplo do que se observa na flutuação das descrições etnográficas e seus saberes das margens.

O correspondente político destas operações teóricas tomou cena nas dinâmicas militantes dos protestos de 2013. Grupos da esquerda extraparlamentar, instruídos pelos princípios táticos e estratégicos da *ação direta*, não raro assumiram alguns dos traços mais marcantes do raciocínio utilitarista - deles retirando parte

23 Centralidade que converte a situação de massa em problema sobre a perda da autonomia individual. Os debates sobre autoridade nas primeiras décadas do século XX exprimiam os impasses da modernização. Configuração histórica do “século dos chefes” (COHEN, 2013), cuja atualidade não pode deixar de passar pelas questões que cercam a relação entre democracia representativa e o uso intenso de tecnologias de informações.

significativa de sua eficácia. Esta continuidade, ainda que somente epistemológica e subvertida pelos seus possíveis usos políticos, impôs esforço de elucubração militante constante a respeito da repercussão social da ação direta e seu refluxo para o interior da organização dos grupos autonomistas. Entre eles, o consenso em torno da ideia de manejo das massas, de sua incitação sem a contraparte de qualquer forma de condução ou liderança sobre elas. Afinidades e consequências paradoxais como esta levantam imediatamente a questão sobre a necessidade de um novo quadro referencial de análise, a importância da contextualização das práticas autonomistas na dimensão processual das diferentes configurações históricas.

A simultaneidade de dois regimes de mobilização e engajamento desenha painel em mosaico, de difícil compreensão. Militantes orientados pelos valores e táticas da ação direta encontraram contextos já massificados pelos dispositivos de participação democrática. Por sua vez, profissionais engajados no trabalho com Direitos Humanos colocaram sua experiência, forjada e acumulada tanto no campo do associativismo civil quanto nas políticas públicas, à prova dos novos saberes que emergiam das ruas e impactavam o cotidiano de sua atuação. Desse conjunto de forças e grupos, nenhuma hegemonia entre ações e discursos, alinhamento dissonante entre estratégias coetâneas nos ganhos de eficácia e apartadas das totalizações de sentido, donde a hipótese de configuração homóloga aos princípios de estruturação assumidos pelo neoliberalismo em sua aclimatação brasileira.

De significação política inversa à conduta autonomista, a institucionalização das disposições contestatórias no "social" constitui campo privilegiado da experiência militante e de desenvolvimento de técnicas e conhecimentos do governo das desigualdades e conflitos na sociedade. A forte injunção ao engajamento, que projetou inicialmente o "social" junto às fileiras oposicionistas ao regime militar, o transformou em campo de incitação contínua das movimentações civis em defesa de direitos. Trabalho profissional e engajamento militante franqueiam suas identidades, dando origem a uma nova prática social, certamente paradoxal, na medida em que conciliava o horizonte reformista com os anseios políticos de ruptura institucional. Com os anos, ela passa a substituir seu posicionamento antiestatal por outro, mais ajustado às regulações de "tipo econômico" (CUNHA, 2012) e de presunção sistêmica (OTA, 2018), donde a emergência, nos anos 2000, do ideário da gestão como ação política emancipadora.

Embora com ritmos de transformação muito variáveis, as mobilizações de massa e as práticas militantes revelam suas temporalidades e escalas diferenciais após o exame de sua composição de classe, à luz da interdependência entre seus grupos e integrantes, das possibilidades de mobilidade social para os segmentos populares e jovens da população e, sobretudo, das trajetórias constitutivas dos espaços intermediários onde o *acontecimento* de uma mobilização converge com a *constituição* das práticas militantes. Trata-se, portanto, de problematizar a atualidade dos estratos históricos sedimentados nos eventos e processos de mobilização de massa e engajamento militante no Brasil desde o período da redemocratização até os dias de hoje, a continuidade, concomitância e ruptura entre as diferentes lógicas

normativas e seus dispositivos de subjetivação. Para tanto, duas configurações têm merecido exame comparativo das especificidades que poderiam demarcar os limites de dois regimes de mobilização e engajamento, a saber, a formação política e profissional do “social” nos últimos quarenta anos e a conflagração da ação direta a partir de 2013.

Programa de pesquisa sobre razão estratégica

Com os anos, ficaria claro que a direção dos trabalhos na Rede contrariava o quadro de análise ditado pela noção da “governamentalidade”. Que o formalismo normativo tenha sido elaborado para analisar a especificidade da redemocratização, isso indexava e reforçava o esclarecimento do conteúdo histórico dos dispositivos neoliberais. Sua extração se deu no “social”, campo que ganharia impulso sem igual na história recente do país. Antes de tudo, uma pontuação importante a fazer. Retomemos o significado político de sua invenção da Europa, fundado como campo de “tratamento da questão social”. Isto é, problematização sobre o “enigma da coesão social” e intervenção sobre os riscos da “fratura” da sociedade. O “social” teria produzido a própria “descoberta da sociedade”, instituindo sua ciência, a sociologia que, em sua origem, não poderia deixar de ser uma ciência do social. A problematização e a constituição das práticas e discursos em defesa do “social” envolveriam a invenção estratégica de categorias, dispositivos, tecnologias, em suma, uma nova normatividade que caracterizaria um campo voltado a suavizar as aporias políticas da soberania popular (DONZELOT, 1994; CASTEL, 1999).

Em comparação a essa história, a configuração brasileira apresenta diferenças significativas (CUNHA, GEORGES e OTA, 2018). Vale dizer, uma diferença estratégica de fundo: o “social” da redemocratização não porta como função política a garantia da coesão da sociedade; a “questão social” não se vincula à problematização sobre os riscos da “fratura social”. Ao seu avesso, um outro “social” que, no curso de uma efetivação truncada e sempre incompleta, engendra normatividade histórica específica. Há, portanto, positividade do “social” sob aparência de fracasso político (horizonte dos direitos sociais, de uma sociedade enfim salarial etc.), ainda pouco decifrada e cuja eficácia nunca deixou de se fortalecer. Ao que tudo indica, é qualidade constitutiva do “social” no Brasil pós-ditadura ser campo em permanente mutação, de constante produtividade estratégica. Não tanto “fazer sociedade”, mas evitar o conteúdo societário nas diferentes formas de sociabilidade. Figura de modulação, não de ruptura.

Nesse percurso, por vias muito variáveis, Estado e sociedade convergiriam na construção e consenso de princípios de conversibilidade de posição no campo político, imprimindo às antigas imagens naturais ou utópicas do mercado (MIROWSKI, 1994) o realismo de sua atual eficácia na integração de grupos e indivíduos. Em um país como o Brasil, instrumentos forjados para disseminação internacional expressam outro valor de face. É assim que a força ideológica dos dispositivos de mercado se apoia na estrutura prática do “social”, revertendo discursos e posições no sentido da inclusão que deixa de ser inclusão na sociedade, como explicita um de seus

teoremas mais notáveis: “educação financeira” para “inclusão financeira” (CUNHA, 2018; 2020). A extração experimental do neoliberalismo institui agrupamentos cujo nexos não seria outro que o nexos estratégico imposto pelos seus dispositivos. Sob o “social”, não há grupos para os quais a interdependência poderia dar vazão à significação de uma solidariedade política. Em resumo, esta foi e continua a ser a grande interrogação sobre sua positividade, justificando até então o uso extravagante da noção de governamentalidade neoliberal, traduzida seletivamente, entre nós, como recurso auxiliar nesse esforço de análise crítica.

Com a ascensão de governos de extrema-direita em diversos países, não restava dúvida sobre o sentido da generalização da violência estatal dirigida contra grupos específicos, liderada por políticos eleitos, em sua maioria. Mais do que antes, a perspectiva comparada se impunha. A Rede participaria da criação do *Groupe d'études sur le néolibéralisme et les alternatives* (GENA), projeto franco-brasileiro para investigação do crescimento global da extrema-direita e seus projetos nacionais. Seminários, colóquios e reuniões foram organizados logo após as eleições brasileiras de 2018, conformando uma espécie de observatório das estratégias antidemocráticas da extrema-direita (CUNHA e OTA, 2020; 2022; 2023; DARDOT *et al.*, 2020; 2021). Do lado do grupo brasileiro, se colocava a questão da violência como mediação social e instrumento político de controle das populações, tópico clássico das Ciências Sociais latino-americanas. Nos debates com pesquisadores europeus, permanente argumento a contrapelo: enquanto elemento estrutural, a violência não somente dissocia, mas também produz diferentes sociabilidades (COSTA *et al.*, 2019). Violência disjuntiva, visto que, sob o autoritarismo estatal, se conflou, antes de tudo, uma revolução burguesa sem crise (na acepção clássica de crise), o que já fornecia elementos para pensar a atualidade neoliberal como uma contrarrevolução sem revolução²⁴.

Na periferia capitalista, muito mais do que uma racionalidade política nucleada na normatividade concorrencial do mercado, se constata, antes, um *governo dos tempos históricos*, um modo de gerir as discrepâncias e dissociações entre o moderno e o arcaico de forma produtiva e eficiente. Já não haveria o anúncio precoce, entre nós, da performatividade do “novo espírito do capitalismo” pelas

24 Paradoxo político que encontra boa ilustração no recente protagonismo dos magistrados, fenômeno observado em países do Sul e Norte, com tradição democrática ou não. O manejo das instituições judiciais para intervir em assuntos governamentais - e até eleitorais - não configura novidade histórica no Brasil. Ambos os fenômenos poderiam ser alinhados a mecanismos institucionais do sistema de justiça, que balizam modos de intervenção sobre o parlamento e governos. A alta burocracia do Estado brasileiro sempre atuou como um dispositivo emergencial, acionado em situações de crise política. O novo se inscreve em outro problema, na crescente estratégia de tornar visível o conteúdo político dessa intervenção - o que sempre foi feito com parcimônia e distância -, gerando efeitos de cascata. Desequilibrar eleições, impondo restrições a candidaturas - como nas eleições presidenciais de 2018 -, seria consequência da refuncionalização desse dispositivo, não o seu objetivo. É dessa perspectiva que a Rede tem trabalhado a nova historiografia crítica sobre o neoliberalismo, cujos achados indicam para seu intrínseco conteúdo antidemocrático (SLOBODIAN, 2018). A destacar que essa historiografia se confronta com outra que, em movimento contrário, ressalta o caráter orgânico dos valores da democracia nos principais autores do pensamento neoliberal (AUDIER, 2008; 2012).

tradicionais formas da “viração” no mercado de trabalho? O empuxo generalizado ao empreendedorismo tem encontrado eco nas classes populares. Associado à responsabilização pelos riscos pessoais de uma trajetória acidentada de empregos e ocupações, ele se converte em conduta que se apoia nas conhecidas estratégias de inserção precária no mercado de trabalho. Qual gramática moral promoveria o encaixe entre antigos expedientes da “viração” e novas injunções da economia? Sob as injunções locais da gestão neoliberal, o “zelo” não tomaria impulso inercial nas figuras da intensificação servil do trabalho?

Ao contrário da interpretação marxista clássica, que faz a distinção histórica entre acumulação primitiva e reprodução ampliada do capital, na periferia do sistema, ambas tomaram desenvolvimento integrado (MARTINS, 1997; OLIVEIRA, 2003). Por meio da superexploração da força de trabalho como vetor da expansão da fronteira econômica do capitalismo periférico, a acumulação primitiva pode se estender, sob ritmos lentos e não concomitantes, pelo interior da reprodução ampliada do capital. Em outras palavras, a acumulação primitiva se torna processo permanente de criação das condições da reprodução ampliada mediante relações não-capitalistas de produção. Em termos teóricos, o núcleo explicativo das formas contemporâneas do trabalho escravo reenvia ao exame marxiano da composição orgânica do capital. A redução do salário a um patamar inferior ao necessário para sobrevivência significa rebaixar a proporção do capital variável (trabalho vivo mobilizado) em relação ao conjunto do capital empregado ao ponto do capital funcionar como se fosse de alta composição orgânica, ou seja, como se fosse moderno. As formas contemporâneas do trabalho escravo são indicativas desse fenômeno tão complexo quanto de difícil compreensão, visto que não são variações de trabalho cativo, o que coloca os pesquisadores diante da surpreendente *“forma coercitiva de trabalho com base em engajamentos voluntários”, de uma “irracionalidade social que cumpre uma função histórica na racionalidade econômica”* (MARTINS, 2002, p. 159). Daí a tese de que o trabalho escravo moderno sugere ser, em última instância, variante extrema da intensificação do trabalho assalariado. Na periferia (ou nas zonas periféricas globalizadas), a acumulação primitiva interpretada como processo (e não enquanto marcador inaugural) revela o segredo do centro, a renda capitalizada como mote expansivo da acumulação (MARTINS, 1997). A contraparte dos direitos sociais, lastreada no “antivalor”, institucionaliza a luta de classes em torno do acesso ao “fundo público” (OLIVEIRA, 1998), mas sem condições de objetivar sujeito político correspondente.

Com o intuito de garantir a perspectiva internacionalista associada ao exame das realidades históricas locais, a Rede tem procurado integrar, em um mesmo corpo de análise, categorias indexadas a tempos históricos e ritmos de mudança social bem diferentes. Para justa compreensão da gravitação global do neoliberalismo através de suas variações nacionais, propõe elaboração de uma teoria crítica sobre a gestão diferencial dos tempos históricos. Como sabemos, há uma história latino-americana

sobre a percepção política do “atraso” e as respectivas necessidades de “adaptação”²⁵. Hoje, a importância dessa história é percebida, à direita e à esquerda, como evidência irrefutável. Não sem motivo, muitos pesquisadores têm convocado obras canônicas do “pensamento social brasileiro” para analisar a atual conjuntura política, na maioria das vezes com rendimentos teóricos baixíssimos. Leituras que, de uma maneira ou outra, concluem por uma sorte de atavismo da formação nacional; anulam críticas e negligenciam a presença de novas modalidades de dominação, dispersando-as em supostas determinações históricas, seja do passado colonial, seja do capitalismo dependente. Análises que melhor se acomodam em fraseologias.

Incorporada largamente pelas Ciências Sociais no Brasil, por meio da circulação internacional de ideias críticas, a “governamentalidade” tem cada vez mais revelado suas incongruências e limitações em apreender as linhas de força da atualidade neoliberal. Mesmo o uso inventivo para analisar o “social” sugere restrições teóricas significativas. Não é o caso aqui de desenvolver esse ponto, apenas lembrar que a problematização foucaultiana do neoliberalismo se deu a partir da grade de análise forjada para a investigação genealógica do liberalismo e, desse modo, da liberdade como tecnologia de governo (FOUCAULT, 2004). Mais uma vez. O neoliberalismo não seria apenas uma racionalidade governamental modulada pela liberdade, mas, antes de tudo, pelo princípio normativo que mimetiza a historicidade depreendida do processo de mudança contínua e acelerada das formas sociais, um formalismo intensamente normativo. Para desdobrar o problema assim definido, sem arcar com os impasses teóricos envolvidos na abordagem foucaultiana, parte das atividades da Rede se voltou ao desenvolvimento da noção de *razão estratégica*²⁶. Passo complementar ao que, como já dito, propiciou inúmeros e significativos rendimentos teóricos ao transitar por circuitos diversos de investigação empírica, o entendimento do neoliberalismo como razão estratégica permite mais claro manejo do formalismo normativo porque identifica e incorpora seu estatuto epistemológico, isto é, a estrita correspondência entre a morfologia heterogênea e seu princípio diferencial de transformação. A produtividade política dessa correspondência se sedimenta, torna-se inteligível no mundo opaco das estratégias.

Em outras palavras, o problema decisivo passa a ganhar contornos pela sobreposição entre princípio normativo e morfologia, capturando uma pura negatividade em movimento. Negatividade adaptativa, em um primeiro momento, pois negativa em relação a qualquer norma ou normatividade que lhe seja exterior. É

25 Valeria a pena cotejar esse debate com o uso político da teoria da evolução no contexto norte-americano das décadas de 1920 e 30, em especial a longa polêmica entre Lippmann e Dewey que, segundo Stiegler (2019), marcaria figuração precoce do neoliberalismo, antes mesmo da Europa.

26 O estreito diálogo com pesquisadores do GENA foi decisivo para essa reelaboração teórica, ainda que os usos e sentidos da noção de racionalidade estratégica tenham sido distintos. Algumas linhas de trabalho da Rede já vinham, desde 2018, desenvolvendo essa reelaboração, em especial por meio da disciplina “Razão estratégica e Teoria social”, proposta e ministrada por Nilton Ota no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/USP. A perspectiva do GENA, vinculada ao operador foucaultiano da “guerra civil” (FOUCAULT, 2013), foi sistematizada em livro (DARDOT *et al.*, 2021).

o primado histórico da forma empresa e a lógica normativa que dissemina situações de mercado para além da esfera econômica, incitando a concorrência em todos os níveis da vida social, em especial na conduta individual. Autossuperação dos limites, normatividade que recusa a própria validade normativa. Não à toa, esse movimento aponta para desreferencialização tendencial das normas e para irrealidade social como experiência subjetiva. Em um segundo e limítrofe momento, temos esse movimento corrosivo em relação aos efeitos instituídos pelo primeiro momento, uma negatividade interna. É aqui que podemos observar a fisionomia neoliberal da razão estratégica, por vezes confundida com o fim ou erosão do próprio neoliberalismo. De suas supostas ruínas, muitos têm apregoadado sua morte e iniciado seu inventário²⁷. Ora, os efeitos contraproducentes de sua negatividade são sistêmicos ao que caracteriza o primeiro momento. Para que a razão estratégica neoliberal possa ganhar emergência, é necessário que a lógica normativa dos dispositivos de mercado alcance nível de depuração máxima. Se com isso as convergências estratégicas contradizem as premissas teóricas do pensamento neoliberal, estamos ainda assim muito distantes da dissolução do neoliberalismo. É, pelo contrário, reforço e cristalização que alteram sua própria lógica normativa. Quando seus antagonismos internos tomam como referência a normatividade neoliberal já galvanizada, mais pertinente seria ver nesse processo o advento de sua razão estratégica, e não o neoliberalismo em ruínas.

Afinal, de que modo compreender e interpretar essa nova configuração? Para responder diretamente: ela não é nova em relação aos efeitos de poder, que são contínuos à sedimentação normativa. É nova no sentido estratégico e na direção que tem assumido a racionalidade neoliberal em diversas regiões do mundo. Ponto a decifrar: a forma pela qual os mecanismos de sujeição se generalizam através da subjetivação de categorias políticas locais. Para retomar hipótese exposta acima, o neoliberalismo opera e configura sua eficácia por meio da gestão diferencial dos tempos históricos, em particular no âmbito subjetivo, eixo temático mais recente da Rede. A circunscrição teórica dessa transformação estratégica deve reconhecer, portanto, a centralidade política da subjetividade. Avançar na crítica ao neoliberalismo implica adentrar a gravitação subjetiva dessa configuração. Problema de difícil análise, dada a tensão e impasse entre as noções de subjetivação e subjetividade, entre experiência individual e racionalidade política. Daí a disposição estratificada da subjetivação e subjetividade em três dimensões articuladas: *lógica normativa* (que caracteriza uma racionalidade), *modos de subjetivação* (que define a forma social da relação entre uma lógica normativa e uma experiência) e, por fim, *conduta* (prática subjetivada). A subjetividade torna-se, sob essa estratificação, vetor ortogonal dos tempos da história.

27 Notadamente Wendy Brown (2018). Em outra direção, mantendo, contudo, as premissas de erosão e disfuncionalidade do momento atual do neoliberalismo em comparação à sua origem intelectual e doutrinária, outros autores já haviam diagnosticado sua "fase de morto-vivo" (PECK, 2010) e o que, nela, seria o "realmente existente" (Wacquant, 2012).

Considerações finais

Esse tipo de indexação categorial tem servido para quê? Ao analisar criticamente o neoliberalismo, significa, por exemplo, incorporar traços da aclimação brasileira, interpretando a relação entre o princípio dinâmico da razão estratégica e seus efeitos morfológicos de poder. Tanto o princípio quanto a morfologia dependem da duração histórica variável ou, no plano contemporâneo, da transversalidade social e transnacional da eficácia normativa. A principal consequência seria considerar a concorrência, o empreendedorismo, a política de moldura etc. como incidências parciais e formas históricas bem determinadas, e nunca como princípio e lógica definidores da razão estratégica neoliberal. Daí reconhecer as limitações da governamentalidade foucaultiana, construída por uma genealogia específica – respondendo a problemas também muito específicos – e cada vez mais incapaz de apreender o neoliberalismo em suas metamorfoses. A noção de razão estratégica se apresenta como recurso para contornar essa insuficiência.

Ontem e hoje, os impasses acarretados pelo dinamismo do neoliberalismo permanecem: como identificá-lo por meio de pesquisa? De que maneira inspecionar empiricamente as diferenças entre o princípio nuclear da racionalidade neoliberal e as transformações históricas de suas formas sociais? Uma extensa e apurada localização dos impasses teóricos e metodológicos a partir das hipóteses e do diagnóstico orientado pela noção de formalismo normativo tem fornecido, aos trabalhos da Rede, instrumentos para que se apreenda a prerrogativa social-histórica da objetivação neoliberal. Mais ainda. Seu exame crítico interpela arranjos heterodoxos de investigação que não se acomodem na inércia interna ao campo científico.

A abordagem interdisciplinar, por vezes indicativa de crises em uma área de pesquisa, impacta a estabilidade das identidades profissionais e suas especializações universitárias. Com ela, não custa dizer, a distinção entre pesquisa empírica e teórica tende a perder valor heurístico. Sob essa distinção não raro se oculta relação hierárquica de violência simbólica. O manejo crítico da diferença disciplinar requer transformação política das instituições, com forte repercussão nas rotinas de trabalho. Desnecessário sublinhar a inefetividade da defesa declaratória da interdisciplinaridade. Incontornável, portanto, compreender seus efeitos, a validade teórica e metodológica das hipóteses no curso da elaboração dos instrumentos e das modalidades coletivas de investigação em um *espaço assertórico* próprio²⁸. Em outros termos, espaço de produção e circulação dos enunciados de acordo não somente com critérios partilhados de verificação, mas segundo normatividade discursiva instituída e controlada pelo processo intelectual de trabalho. Uma teoria sobre esse espaço encontra inúmeros episódios na história, contudo não tem, ainda hoje, reconhecimento e identidade consolidada na universidade. Nos termos que justificam a Rede desde sua concepção, trata-se de desenvolver teoria do autogoverno do conhecimento na própria forma e organização da pesquisa (CUNHA, LAVAL, OTA e SAUVÊTRE, 2019).

28 Muito além da qualidade “não-popperiana” do “raciocínio sociológico” proposto por Passeron (1995).

Bibliografia

- ARENDE, H. As técnicas sociológicas e o estudo dos campos de concentração, in: _____. *Compreender. Forção, exílio e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUDIER, S. *Le Colloque Lippmann. Aux origines du néo-libéralisme*. Paris : Le Bord de l'eau éditions, 2008.
- _____. *Neo-libéralismé(s): une archéologie intellectuelle*. Paris : Grasset, 2012.
- BILHERAN, A. *Le suicide en entreprise*. Paris: Éditions du Palio, 2008.
- BOLTANSKI, L. E. CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999
- BORLANDI, M. E MUCCHIELLI, L. (dir.). *La sociologie et sa méthode*. Paris: Éd. L'Harmattan, 1995.
- BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BROWN, W. *Les habits neufs de la politique mondiale*. Paris: Éd. Les Prairies ordinaires, 2007.
- _____. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Politeia, São Paulo, 2018.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- COHEN, Y. *Le siècle des chefs. Une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890-1940)*. Paris: Éditions Amsterdam, 2013.
- COSTA DA, A.; JESUS, S.; OTA, N. K.; PACHECO, A. P. Peut-on penser le commun en tant que stratégie politique dans un pays périphérique comme le Brésil? In.: LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P.; TAHLAN, F. (Orgs.). *L'Alternative du commun*. Paris: Hermann Éditeurs, 2019, p. 367-380.
- CUNHA, M. P. *Os andaimos do novo voluntariado*. São Paulo: Ed. Cortes, 2010.
- _____. *Do Planejamento à ação focalizada: IPEA e a construção de uma abordagem de tipo econômico da pobreza*, tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- _____. O mercado financeiro chega à sala de aula: Educação financeira como política pública no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. 1-14, 2020.
- _____. Silencioso e penetrante: o processo de financeirização a partir das instituições promotoras da inclusão financeira. *Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar*, v. 8, p. 585-606, 2018.
- CUNHA, M. P.; GEORGES, I.; OTA, N. K. (Orgs.). *Tempos do social e da política*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.
- CUNHA, M. P.; OTA, N. K. Extrema direita e educação no Brasil. *Educación, Política y Sociedad*, 8(2), p. 72-93, 2023.
- _____. Introdução do Dossiê Territórios Urbanos e estratégias do neoliberalismo. *REVISTA GEOGRAFARES*, v. 2, p. 8-11, 2022.
- _____. Regarder l'université, voir la société. *Sens public*, v. 1, p. 1-22, 2020.
- CUNHA, M.; LAVAL, C.; OTA, N. K.; SAUVÊTRE, P. L'Atelier « Pratiques utopiques » : une expérimentation démocratique, in: DUCLOS, M.; FJELD, A. (org.). *Liberté de la recherche. Conflits, pratiques, horizons*. Paris: Éditions Kimé, 2019, p. 81-90.
- DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DARDOT, P. Du sujet divisé à la subjectivation capitaliste, *Critique*, n° 800-801, p. 144-155, 2014/1.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. Néolibéralisme et subjectivation capitaliste, *Cités*, 41, Paris, PUF, 2010.
- _____. *La nouvelle raison du monde*. Paris: La Découverte, 2009.
- DARDOT, P.; GUÉGUEN, H.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. *A escolha da guerra civil*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- DARDOT, P.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. Le néolibéralisme autoritaire au miroir du Brésil. *Sens public*, n. SP1515, 25 jun. 2020. Disponível em: <<http://sens-public.org/dossiers/1515/>>. Acesso em: jun. 2023.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Editora Rio de Janeiro : FGV, 2000.
- _____. *Travail vivant, vol. I et II*. Paris: Payot, 2010.
- DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle, in: _____. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- DESROSIÈRES, A. *La politique des grands nombres: histoire de la raison statistique*. Paris: La Découverte, 2000.
- DONZELOT, J. *L'invention du social*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- _____. Les politiques de cohésion sociale, in: _____. *Villes, violence et dépendance sociale. Les politiques de cohésion en Europe*. Paris: La documentation française, 2008.
- EHRENBERG, A. *Le culte de la performance*. Paris: Hachette Littératures, 1991.
- EWALD, F. *L'État Providence*. Paris: B. Grasset, 1986.
- FOUCAULT, M. La fonction politique de l'intellectuel, in: _____. *Dits et écrits*, v. 4. Paris: Gallimard, 2000.

- _____. *Naissance de la biopolitique, cours au Collège de France, 1978-1979*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.
- _____. *La société punitive. Cours au Collège de France, 1972-1973*. Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2013.
- GAULEJAC, V. *Travail, les raisons de la colère*. Paris: Seuil, 2011.
- GOLLAC, M.; VOLKOFF, S. *Citius, altius, fortius: l'intensification du travail. Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 114, p. 54-67, 1996.
- HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*. London: Oxford University Press, 2005.
- LASCH, C. *The Minimal Self*. New York: W. W. Norton & Company, 1985.
- _____. *The Culture of Narcissism*. New York: W. W. Norton & Company, 1979.
- LAVAL, C. Le nouveau sujet du capitalisme, *Revue MAUSS*, Paris, n°38, 2011/2.
- LE BRET, B. F.; LEDUN, M. *Pendant qu'ils comptent les morts: entretien entre un ancien salarié de France Télécom et un médecin psychiatre*. Paris: Ed. La Tengo, 2010.
- LOPES-RUIZ, O. *Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais*. São Paulo: Azougue Editorial, 2007.
- MAGALHÃES JR, J. C. As entidades sociais e o surgimento de uma gestão concorrencial do engajamento cívico. In.: CABANES, R.; RIZEK, C. (Org.). *Saídas de emergência*. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- MARTINS, J. de S. *Fronteira*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MILLER, P.; ROSE, N. *Governing the present*. Cambridge; Malden: Polity Press, 2008.
- MIROWSKI, P. (ed.), *Natural Images in Economic Thought. Markets Read in Tooth and Claw*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- MUCCHIELLI, L. *La découverte du social*. Paris: La Découverte, 1998.
- OLIVEIRA, F. O surgimento do Antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público. In: _____. *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- _____. *Crítica à razão dualista/o ornitorrinco*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- OTA, N. K. *O poder como linguagem e vida: formalismo normativo e irrealidade social*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- _____. Breve inventário francês do sofrimento social, *Revista de Psicologia USP*, São Paulo, n°25, 2014.
- _____. As reticências da virtude democrática: engajamento e controle na política de direitos de crianças e adolescentes. In.: CUNHA, M. P.; GEORGES, I.; OTA, N. K. (Orgs.). *Tempos do social e da política*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018, p. 25-72.
- PASSERON, J.-C. *O raciocínio sociológico*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- PECK, J. Zombie neoliberalism and the ambidextrous state, *Theoretical Criminology*, vol. 14, n. 1, fev. 2010.
- RENAULT, E. *Souffrances sociales. Philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Découverte, 2008.
- ROSSO, S. *Mais trabalho!*. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.
- SLOBODIAN, Q. *Globalists*. London: Harvard University Press, 2018.
- SOUZA, R. M. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Ed. Paulus, 2008.
- STIEGLER, B. *Il faut s'adapter*. Paris: Gallimard, 2019.
- VANDENBERGHE, F. Deleuzian capitalism. *Philosophy Social Criticism*, v.34, n. 8, p. 877-903, 2008.
- WACQUANT, L. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Cad. CRH*, 25 (66), p. 505-518, Dez 2012.
- WEBER, M. Teoría de los estadios y direcciones del rechazo religioso del mundo. In: _____. *Ensayos sobre sociología de la religión*. Madrid: Taurus, 2002.

Agradecimentos

A Rede não existiria sem a persistência e a amizade de José César Magalhães Jr., Tatiana Maranhão, André Dal'Bó, Regina Magalhães, Selma de Jesus, Isabel Georges, Huana Carvalho e Daniel Andrade. Não esquecemos o apoio dos companheiros além-mar, tão importantes na nossa trajetória coletiva: Haud Guéguen, Heitor de Macedo, Pierre Sauvêtre e David Hamou.

Este texto registra apenas uma versão entre tantas outras possíveis do trabalho em comum feito até agora. É dedicado aos que, nesses dez anos, nos transmitiram o valor da crítica pela força da generosidade intelectual: Christian Laval, Ruy Fausto (in memoriam), Paulo Arantes, Cibele Rizek, Cicero Araujo e Pierre Dardot.

Trajectory and formation of a research agenda on neoliberalism: interdisciplinary network of researchers at USP

This article exposes the ten-year trajectory of the "Rede Interdisciplinar de Pesquisadores na USP", formed with the aim of giving greater consequence to collective efforts of critical theorization, proposing actions to set up a research program on neoliberal rationality, in a historical-comparative perspective. The development indicates the construction of a specific assertoric space for the production and circulation of statements in accordance not only with shared verification criteria, but, above all, according to discursive normativity instituted and controlled by the intellectual work process. It aims, therefore, to develop a theory of self-government of knowledge in the very form of the research process and organization.

KEYWORDS: neoliberalism, strategic rationality, subjectivation, engagement, interdisciplinarity.

Trayectoria y formación de una agenda de investigación sobre neoliberalismo: red interdisciplinaria de investigadores de la USP

Este artículo expone la trayectoria de diez años de la "Red Interdisciplinaria de Investigadores de la USP", formada con el objetivo de dar mayor consecuencia a los esfuerzos colectivos de teorización crítica, proponiendo acciones para configurar un programa de investigación sobre la racionalidad neoliberal, desde una perspectiva histórica.-comparativo. El desarrollo de la Red indica la construcción de un espacio asertórico específico, para la producción y circulación de enunciados de acuerdo no sólo con criterios de verificación compartidos, sino, sobre todo, según la normatividad discursiva instituida y controlada por el proceso de trabajo intelectual. Su objetivo, por tanto, es desarrollar una teoría del autogobierno del conocimiento en la forma misma del proceso y la organización de la investigación.

PALABRAS CLAVE: neoliberalismo, racionalidad estratégica, subjetivación, compromiso, interdisciplinarietà.

Artigo recebido em junho de 2023. Aprovado em novembro de 2023.